

A CONSTRUÇÃO DO PASSADO: PATRIMONIALIZAÇÃO E PATRIMONIALIDADE EM GRAVATAÍ-RS

HELENA THOMASSIM MEDEIROS¹; DANIEL MAURÍCIO VIANA DE SOUZA²;
DIEGO LEMOS RIBEIRO³

¹Universidade Federal de Pelotas – helena_tm@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas – danielmvsouza@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – dlrmuseologo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo relaciona-se a uma tese de doutorado em andamento, dentro do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). A pesquisa parte de dois conceitos norteadores: patrimonialidade e patrimonialização, a partir do viés apresentado por POULOT (2009), tendo como cenário a cidade de Gravataí, localizada na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e a produção de um discurso autorizado do patrimônio (SMITH, 2009).

Sabe-se que Gravataí tem uma grande importância para a história do estado do Rio Grande do Sul. A região onde está localizada pertencia a Viamão, sendo uma das primeiras áreas colonizadas. Também remete a questões indígenas e às Missões Jesuíticas, sendo um dos locais para onde essas populações foram trazidos após as Guerras Guaraníticas. Nessa cidade construiu-se o primeiro educandário do Estado, passou a primeira estrada pavimentada do RS, nela situam-se o Rio Gravataí, o CTG Aldeia dos Anjos e o Morro Itacolomi, reconhecidos como patrimônios estaduais, no território em questão já foram identificados ao menos 3 sítios arqueológicos e recolhidas peças de cerâmica indígenas, dentre outros artefatos.

Identificamos oito bens patrimonializados em esfera municipal: o Casarão dos Fonseca, onde funciona a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), o prédio foi cedido pelos herdeiros a este grupo voltado a preservação e divulgação da cultura açoriana; as casas ocupadas pelo Museu e Arquivo Histórico, que aguardam reformas e receberam obras emergenciais de escoramento em 2023, cuja documentação de tombamento os associa a arquitetura colonial portuguesa; o Casarão dos Bina, em severo estado de deterioração, em processo de restauro; a Atafona do Xará, que até o momento, não encontramos registros sobre o estado atual, mas trata-se de um moinho cuja relação com a herança portuguesa é ressaltada em sua documentação de tombamento como um registro da cultura trazida por esses povos; a Fonte do Forno, a única das duas fontes construídas para abastecer a população gravataiense, em 1861, recebeu obras em seu entorno em 2022, mas não possui identificação ou estruturas adequadas; a fachada da Prefeitura Municipal, cedida para a SMCEL em 2023; o festejo de Terno de Reis, apontado como uma festa tipicamente açoriana; o Festival de Teatro de Gravataí (FETEG).

O objeto de estudo desta tese é analisar o patrimônio, em suas diversas facetas, na cidade de Gravataí. O intuito é de descrever a narrativa construída sobre o passado através da patrimonialização para compreender as lacunas e conflitos imersos neste processo. Identificando o discurso autorizado do patrimônio, que é construído em oposição à história da cidade, observo aspectos que podem

desencadear na perda eminente de alguns bens. Desta forma, novas percepções de patrimonialidades emergentes, vinculadas a diferentes identidades e memórias subterrâneas, contribuiriam para operacionalizar uma perspectiva de patrimônio vivo.

2. METODOLOGIA

A metodologia proposta é baseada no critério qualitativa, os procedimentos técnicos consistem em levantamento bibliográfico, pesquisa documental, estudo de caso, entrevistas e a pesquisa participante. A pesquisa documental e bibliográfica, utiliza documentação indireta, na qual o foco são as fontes primárias – reportagens de jornais, inventários, documentações de tombamentos e informações obtidas através de documentos do Museu e Arquivo Municipal – e secundárias, por meio da publicação de livros, artigos, dissertações, teses e materiais de audiovisual, que possam apresentar informações relevantes para as análises propostas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em teoria, a patrimonialidade, pode ser entendida como a essência patrimonial de um bem material e/ou imaterial, vincula-se à perspectiva de identidade e pertencimento. A patrimonialização, se daria a partir de um reconhecimento dessa potencialidade, e relaciona-se às ações legais para a preservação e valorização de um patrimônio.

Sendo assim, elaboramos reflexões sobre a concepção e uso do conceito patrimônio, constatando que o discurso patrimonial vigente na cidade pode não representar o passado de sua população. Há intencionalidades na exaltação de determinadas narrativas em detrimento de outras e essas são atravessadas por questões ligadas a colonialidade do pensamento, legitimando antigas relações de poder. Partindo deste cenário, que não é atípico, mas comum a tantas outras cidades brasileiras, buscamos na patrimonialidade e na observação das dinâmicas sociais, respostas que levassem a elementos identitários.

Todavia, ao analisar três diferentes camadas desta relação – com base nas pesquisas sobre a história do local, bens e discursos da patrimonialização, apropriação e estado atual destes patrimônios –, percebe-se que há uma ruptura entre a tríade memória, identidade e patrimônio.

Em 2004, é criada a lei 2.114, que estabelece procedimentos de tombamento e proteção ao patrimônio cultural do município. O Museu Municipal Agostinho Martha, criado em 1974, tem uma relação estreita com esses processos, sendo as pesquisas provenientes e guardadas na instituição. Dentre os bens patrimonializados em esfera municipal, apenas três não estão associados diretamente a uma construção identitária baseada na herança portuguesa.

Todavia, a partir da análise histórica da cidade observamos aspectos interessantes ligados ao passado colonial, dentre eles o fato de que a Aldeia dos Anjos (um dos primeiros nomes dados a região onde hoje localiza-se Gravataí), foi o maior aldeamento indígena do Estado (KUHNS, 2011). Em 1780 a Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos “[...] contava com 2355 moradores, dos quais 1890 eram indígenas (equivalentes a mais de 80%); 210, brancos; 255, negros.” (ROCCA, 2009, p.496), cerca de 91% da população não era branca. Outra pesquisa revela que, em 1872:

[...] a população de “pretos” e “pardos”, além de ser maioria (mais da metade da população) da Aldeia dos Anjos era, em sua maioria, formada por livres ou libertos. Sendo assim, a localidade, além de ter um percentual escravo alto para os padrões apresentados para a Província, possuía uma população composta, em sua maioria, por pessoas não brancas. (PEDROSO, 2013, p. 53).

Esses dados reforçam a percepção de um discurso patrimonial conflitante com a história da cidade. Utilizamos os conceitos de colonialidade e decolonialidade (MALDONADO-TORRES, 2018), para compreender algumas patrimonialidades percebidas, também adentramos na apresentação de alguns elementos vinculados a herança negra da cidade, fazendo uso do conceito de “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989). Tendo em vista que, a questão indígena, mesmo que não de forma apropriada, aparece na narrativa construída sobre o passado da cidade, principalmente, por meio de uma imagem ligada ao guarani cristianizado (VERGARA, 2012), enquanto a população negra, não é associada a esses processos de patrimonialização, salvo na menção de uma possível senzala em um dos casarões tombados.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa segue em desenvolvimento, todavia, observamos como resultados parciais a identificação de narrativas, não necessariamente de cunho patrimonial, mas que denotam patrimonialidade e a possibilidade de resistência de memórias subterrâneas. Dentre estes espaços estariam os Quilombos Manoel Barbosa (reconhecido pela Fundação Palmares em 2004); Quilombo Ferreira-Fialho (cujas áreas estariam compreendidas entre as cidades de Gravataí e Canoas, ele está identificado no “Mapa dos Quilombos” da Fundação Palmares); Quilombo do Paredão (localizado na divisa entre Gravataí e Taquara, teve seu território demarcado em 2022); Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio (criado em 1956, representa a luta por espaços de sociabilidade e valorização da população negra); Escola de Samba Acadêmicos de Gravataí (fundada em 1961, é hoje uma das mais antigas agremiações do Carnaval de Porto Alegre e única representante da cidade, uma de suas origens é o Clube Negro Seis de Maio).

Quanto ao conceito de memórias subterrâneas, é interessante perceber como essa resistência memorial de grupos marginalizados e oprimidos encontra mecanismos de permanência. O registro de sua importância para a cultura deste município, especificamente, pode não estar presente em um decreto ou lei que o intitula patrimônio, mas reside em ações feitas a partir de demandas da população. É o caso dos Conselhos Municipais do Povo de Terreiro de Gravataí (CMPTG) e de Promoção da Igualdade Racial (COMPRIR), criados por meio de demandas da sociedade civil. Também foram instituídos no calendário oficial de eventos do município três dadas: Carreata de São Jorge (2018), que dentro do sincretismo religioso representa Ogum; semana do Hip-hop (2019), que já ocorria anteriormente e era organizado pela população; Cruzeirão (2020), que consiste em um encontro anual de pessoas vinculadas aos terreiros na cidade.

Deste modo, observamos discrepâncias entre o discurso oficial, enaltecido pelas escolhas de bens patrimonializados, e ações fruto das dinâmicas populares, que perduram mesmo sem receber a chancela de patrimônio. Trazendo reflexões sobre o nosso papel enquanto agentes culturais e sobre a necessidade de revisão dos mecanismos que salvaguardam os bens patrimoniais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KÜHN, Fábio. A Aldeia dos Anjos durante o governo de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780). In: JACHEMET, Célia Silva (org.); BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Raízes de Gravataí: Povoamento inicial, Etnicidade, Traços do Município e Expansão**. Gravataí: Prefeitura Municipal: Casa dos Açores do Rio Grande do Sul; Porto Alegre: EST: Evangraf, 2011, 1ed. 1 t. p. 92-104.

MALDONATO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, 1ed. p. 31 – 61.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2003, 311p.

PEDROSO, W. de A. **Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)**. 2013. 249 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2017.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239 p.

ROCCA, Luísa Durán. **Açorianos no Rio Grande do Sul: Antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII**. Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional. UFRGS, 2009, 657p. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17918/000726395.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07 de mar. de 2023.

SMITH, Laurajane. **Class, heritage and the negotiation of place**. Conference paper presented to the “Missing Out on Heritage: Socio-Economic Status and Heritage Participation”. 2009. 10 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/348666/Class_heritage_and_the_negotiation_of_place>. Acesso em: 19 de out. de 2020.

VERGARA, Antonio Gabriel. **Invisibilidade/visibilidade: O guarani pré-colonial em Gravataí**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal. Pelotas, 2012, 120 p.